



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PEDIDO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 0191.1/2021

Trata-se de proposição de autoria legislativa com intenção de garantir o direito a produção da energia elétrica gerada por fonte solar e eólica para consumo próprio, bem como a isenção de tributos na operação pela pessoa física.

A norma prevista também remete a necessidade de que os processos atendam a normatização técnica estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a possibilidade de comercialização do produto da operação, com as respectivas concessionárias.

A justificativa aborda questões sobre o aprimoramento tecnológico para produção de energia de fonte solar e eólica em estruturas residenciais, relacionando-as a preocupação com crises hídricas, o regime natural das chuvas, e a matriz elétrica brasileira.

Nesse contexto, antes de emitir parecer conclusivo no âmbito deste Colegiado, para melhor esclarecimento acerca da matéria, entendo necessária a promoção de **DILIGÊNCIA** do **Projeto de Lei nº 0191.1/2021** a Secretaria de Estado da Casa Civil, e por sua vez, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), e a CELESC, para que sejam colhidas manifestações de pertinência jurídica, e demais disposições consoante as intenções, e o planejamento atualmente dedicado no contexto da aplicação da norma almejada.

Sala das Comissões,

Milton Hobus, Deputado Estadual